

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Isabela Santana" <isabela.santana@copergas.com.br>
Para: "audienciapublica03-COPERGAS@arpe.pe.gov.br" <audienciapublica03-COPERGAS@arpe.pe.gov.br>
"Diretores Copergás" <DiretoresCopergas@copergas.com.br>, "Renan Alex Bezerra"
Com Cópia: <renan.bezerra@copergas.com.br>, "Fábio Morgado" <fabio.morgado@copergas.com.br>, "Evellyn Maria Gomes" <evellyn.gomes@copergas.com.br>
Data: 25/07/2019 13:52
Assunto: Copergás: Contribuições acerca da Nota Técnica ARPE DEFCTEEF n º 072019 e outros documentos associados ao Processo ARPE nº 7200303-62019.
Anexos: image001.png (17 KB)
Contribuições da COPERGÁS para a Nota Técnica ARPE DEFCTEEF n º 072019.pdf (2.9 MB)

Prezados Srs.,

A Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, em respeito ao prazo determinado pelo critérios que regem a Audiência Pública nº 03/2019, em especial, sobre as contribuições acerca do tema “Revisão da Margem de Distribuição de 2019”, onde segundo a ARPE, poderão ser encaminhadas eletronicamente até às 18h30 do dia da Audiência, ou seja, 25/07/2019, para o endereço audienciapublica03-COPERGAS@arpe.pe.gov.br vem por meio do presente, encaminhar através do anexo suas considerações.

Cordialmente

Isabela Santana

Gerente Financeiro

GFIN - Gerência Financeira

Companhia Pernambucana de Gás

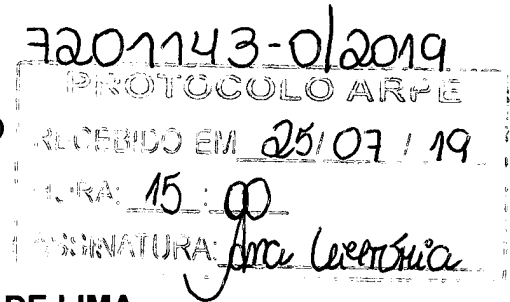
Fone: (81) 3464-7634 | (81) 99189-6300

E-mail: isabela.santana@copergas.com.br

Site: www.copergas.com.br

Recife, 25 de julho de 2019.
CT. COPERGÁS/PRE 079/2019

À ARPE – AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE PERNAMBUCO
Dr. SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Diretor Presidente



C.c Dr. FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeira

Assunto: Nota Técnica ARPE DEF/CTEEF n° 07/2019 e outros documentos associados ao Processo ARPE nº 7200303-6/2019.

Prezado Senhor,

Em 23/07/2019, a Agência de Regulação de Pernambuco – ARPE publicou a Nota Técnica ARPE DEF/CTEEF n° 07/2019 com o objetivo de registrar as análises realizadas por esta agência no âmbito da Revisão Tarifária Ordinária da Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, cuja abordagem se dará no próximo dia 25/07/2019, às 14h30, através da Audiência Pública nº 03/2019, na modalidade presencial, no Auditório da FIEPE.

O Evento irá propiciar aos participantes a apresentação de contribuições acerca do tema “Revisão da Margem de Distribuição de 2019”. Segundo a ARPE, tais contribuições deverão ser encaminhadas eletronicamente até às 18h30 do dia da Audiência, ou seja, 25/07/2019, para o endereço COPERGAS@arpe.pe.gov.br.

Registra-se que as análises realizadas pela Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS para proposição da margem bruta de distribuição para o exercício de 2019, que foram criteriosamente retratadas na Nota Técnica da Copergás Nº 01/2019 e seus anexos, cumpriu o estabelecido no Item 1 da Cláusula Décima Quarta, 14.1, observados os regimentos do ANEXO I - Metodologia de Cálculo da Tarifa para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Pernambuco, em especial o item 6 do referido Anexo I.

Apesar da ARPE entender e mencionar em sua NT DEF/CTEEF n° 07/2019, particularmente na página 14/23, que existem alguns pontos discordantes entre ARPE e COPERGÁS considerando a “*realidade atual*”, no que tange os parâmetros a serem seguidos para fins de cálculo regulatório, a Agência externa de forma clara que todos, ora estabelecidos, são e estão vigentes.

“Destacam-se, a seguir, os pontos mais discordantes da realidade atual, mas que permanecem válidos para o cálculo tarifário





no Contrato de Concessão da Copergás.
(grifo e sublinhado nosso)

Outro ponto que também merece destaque se refere tão somente à afirmação da ARPE, em sua página 15/23 da NT DEF/CTEEF nº 07/2019 quanto à necessidade de modernização e adequação do Contrato de Concessão com a Copergás, segundo a ARPE, para fazer jus ao contexto atual do serviço de gás natural.

No entendimento da COPERGÁS até que a "modernização e adequação do Contrato de Concessão com a Copergás" ocorra não se aplicaria a ARPE, enquanto competência da Agência de Regulação, a adequação do instrumento vigente, para atendimento de seus objetivos institucionais. Visto que as Leis Estaduais que a regulamentam não exprimem de forma clara a possibilidade de adequação do que determina o Contrato de Concessão.

"Assim, compete à ARPE, em atendimento aos seus objetivos institucionais, indicar, após 26 anos da assinatura do Contrato de Concessão com a Copergás, a necessidade de modernização e adequação desse instrumento ao contexto atual do serviço de gás natural cujas perspectivas indicam, ainda, grandes mudanças." (grifo nosso)

Abaixo ressaltamos as Leis Estaduais nº 12.524 e Lei Estadual nº 15.900 (Lei do Gás):

- Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, que altera e consolida as disposições da Lei Estadual nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000, que criou a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.

Art. 3º Compete à ARPE a regulação de todos os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco, ou por ele diretamente prestados, embora sujeitos à delegação, quer de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convencional ou contratual.

§1º A atividade reguladora da ARPE deverá ser exercida, em especial, nas seguintes áreas:

[...]

VI - distribuição de gás canalizado;

[...]

[Handwritten signature]

ANEXO I

Contribuições da COPERGÁS considerando a análise realizada na

NT ARPE DEF/CTEEF n° 07/2019

A Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, através desse registra os pontos a serem reincluídos no cálculo da margem, conforme determinado em Contrato de Concessão:

A ARPE cita em seu item 5 (página 14/23) os pontos mais discordantes, a saber:


- a) Inserção no Custo de Capital de parcela referente ao Imposto de Renda e outros impostos associados a resultados;
- b) Remuneração de 20% dos custos operacionais, atualmente visualizada como um evidente desestímulo à eficiência dos gastos da Concessionária;
- c) Depreciação linear de 10% ao ano, muito acelerada frente à duração efetiva dos bens; e
- d) Utilização de 80% da previsão do Volume Anual de Vendas na fórmula do cálculo tarifário, o que onera em 25% a tarifa média (R\$/m³) prospectada. Vale destacar que tal consideração não reflete o real impacto sobre a tarifa média e, sim sobre a margem média proposta para o mercado não termoeletrício.

Registra-se que o Orçamento Empresarial da COPERGÁS foi aprovado pelo Conselho de Administração e, conforme Contrato de Concessão, anexo I, item 4, “o cálculo da margem bruta da distribuição está estruturado na avaliação prospectiva dos custos dos serviços, na remuneração e depreciação dos investimentos vinculados aos serviços objeto da concessão, realizados ou a realizar ao longo do ano de referência para cálculo, segundo o orçamento anual”. É importante ressaltar que as diferenças entre os aumentos de custo estimados e os aumentos reais, serão compensados para mais ou para menos, como Ajustes na próxima revisão tarifária, conforme também estabelecido em Contrato de Concessão, anexo I, item 8.4.

CUSTO DE CAPITAL

A ARPE no Item 5.1, que trata de **Custo de Capital**, alegando prudência e modicidade tarifária além de aplicar uma redução de 30% nos investimento, ajustou a parcela de depreciação.

A COPERGÁS: A COPERGÁS discorda do entendimento e posicionamento da ARPE em reduzir 30% o orçamento de investimento utilizado no pleito de revisão tarifária, bem como o recálculo dos Impostos sobre Resultado (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) que compõe a fórmula do Custo de Capital cuja ação reflete em diversos ajustes impactando diretamente no resultado da Companhia.



CUSTO OPERACIONAL



Empresarial Iliao Brasil Renda
Av. Conselheiro Aguiar, 1748,
Boa Viagem, CEP: 51011-000 Recife PE.
Tel. (81) 3464.7400
www.copergas.com.br

A ARPE no item 5.2, que trata de **Custo Operacional**, alegando ter realizado uma análise detalhada, segundo as instruções do Anexo I do Contrato de Concessão, análise esta que resultou em uma “organização”, cujas ações por parte da agência foram: exclusões, realocações e ajustes, as quais a COPERGAS discorda dos seguintes pontos:

- Exclusão de despesas: Participação dos Resultados, Reembolso de Colaboradores Cedidos, Cesta de Natal, Programa Bem Estar, Taxas, Assinaturas de Periódicos, Patrocínio, Negociação ACT, Qualidade de Vida no Trabalho / Integração Equipe, Consultoria Imóveis, Gerenciamento de Resíduo e Material de Divulgação.
- Ajuste de despesas: Previdência Privada, Conselho de Administração, Aluguel de Imóveis, Seguro, Passagens Aéreas, Comunicação e Marketing, Combustível de Veículos, Eventos Institucionais, Conservação e Limpeza, Suporte e Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica, Inventário Físico / Contábil, Conversão de Usuários, Manutenções Civil e Mecânica, Aluguel de Veículos e de Sistemas de Informática, Materiais para Conversão de Usuários e Materiais de Operação e Manutenção / Sobressalente, Licenças e Taxas da RDGN e com Sindicato e Associações de Classe.

- Realocação de despesas: Foram realocados para o Custo de Pessoal, os valores que estavam compondo itens Despesas Gerais (Seguro de Vida em Grupo, Conselho Fiscal) e Serviços Contratados (Assistência Médica e Social, Transporte, Vale Refeição e Alimentação, Assistência Odontológica). Apesar dessa realocação realizada pela ARPE não interferir no total do Custo Operacional a ser considerado, no cálculo da margem regulatória, a COPERGAS discorda de tal posicionamento, visto que diverge do Contrato de Concessão, base para elaboração da nota técnica nº 01/2019.

- Realocação e ajuste de despesas: O item Estagiário / Menor Aprendiz foi ajustado e realocado do Custo de Pessoal para Serviço Contratado. Apesar dessa realocação realizada pela ARPE não interferir no total do Custo Operacional a ser considerado, no cálculo da margem regulatória, a COPERGAS discorda de tal posicionamento, visto que diverge do Contrato de Concessão, base para elaboração da nota técnica nº 01/2019.

A COPERGAS realizou o cálculo do Custo Operacional sensibillizando todas as despesas previstas e seguindo o Contrato de Concessão, em especial o item 6 do Anexo I, cujos critérios, no entendimento da ARPE, permanecem válidos para o cálculo tarifário.

Ressaltamos que para a definição e apropriação das despesas, a COPERGAS com o intuito de otimizar e aperfeiçoar a aplicação dos recursos visando a redução do custo utilizando a metodologia do Orçamento Base Zero – OBZ, atende todos aos requerimentos e indicadores de qualidade e de eficiência exigidos pela ARPE na Resolução 004/2006.

A seguir detalhamos os itens questionados pela ARPE relacionados ao Custo Operacional:

A alocação considerada pela COPERGÁS na nota técnica nº 01/2019 baseou-se nos critérios definidos no Contrato de Concessão, cláusula 14, e essa realocação realizada pela ARPE não impacta o total do Custo Operacional.

A ARPE:

- c) Serviço Contratado – Foram excluídos os valores apresentados como Qualidade de Vida no Trabalho / Integração Equipe, Negociação ACT, Consultoria Imóveis e Gerenciamento de Resíduo.

COPERGÁS: não concorda com a exclusão dos itens:

- Negociação ACT: despesas com serviços de consultoria para mediação, proposta e consulta a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, serviços de assessoria jurídica devem ser considerados no cálculo de margem regulatória, não devendo ser excluídas.
- Qualidade de Vida no Trabalho / Integração Equipe: despesas relacionadas às ações de melhoria do clima organizacional através de atividades de integração de equipe e qualidade de vida no trabalho.
- Consultoria Imóveis: despesas de consultoria responsável por avaliar a adequação dos preços de aluguel e soluções de regularização de imóveis.
- Gerenciamento de Resíduo: despesas com contratação de serviço de tratamento e descarte de resíduos (pilha, madeira, papel, etc.) de forma sustentável. Tal item é necessário para obtenção da certificação na ISO 14001, que tem a sustentabilidade como princípio de gestão.

De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, serviços diversos, como Qualidade de Vida no Trabalho, Consultoria de Imóveis e Gerenciamento de Resíduos devem ser consideradas no cálculo de margem regulatória, não devendo ser excluídas.

A ARPE:

- c) Serviço Contratado - Foram ajustados os valores de Conservação e Limpeza, Suporte e Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica, Inventário Físico / Contábil, Conversão de Usuários, Manutenções Civil e Mecânica, Aluguel de Veículos e de Sistemas de Informática.

COPERGÁS: não concorda com os ajustes e não entende como foram efetuados:

- Conservação e Limpeza: despesas com a conservação e a limpeza das instalações da sede e filiais, além de unidades de apoio administrativo, alugadas ou próprias. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, serviços diversos, como limpeza e manutenção de equipamentos de escritório, devem ser considerados no cálculo de margem regulatória.
- Suporte e Tecnologia da Informação: despesas com serviços de informática (serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de informações, de sistemas corporativos e sistemas legados, de sistemas de comunicação em geral e outros de natureza similar), além do serviço de atendimento de suporte aos colaboradores da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, despesas relacionadas a serviço de computação devem ser consideradas no cálculo de





- Aluguel de Imóveis: Despesas com aluguel, em particular do edifício sede, almoxarifado e outros que venham a ser alugados por necessidade da Companhia, incluindo todas as taxas e despesas decorrentes do referido aluguel (ex.: IPTU, condomínio, taxa de limpeza urbana, etc.), são devidamente amparadas pelo Contrato de Concessão, no Subitem 6.1.2 do Anexo I, as quais decorrem de locação, inclusive taxas condominiais e arrendamentos de imóveis, e, portanto devem ser consideradas no cálculo de margem regulatória.
- Seguro: Despesas com seguro patrimonial das instalações administrativas, de D&O dos Administradores e outros necessários à administração da empresa (Lei 13.303/200, art 17, § 1º, Estatuto Social da COPERGAS, Art. 6º, Parágrafo 6º). De acordo com o Contrato de Concessão, no Subitem 6.1.2 do Anexo I, são despesas decorrentes de prêmio de seguro ou creditados às Companhias Seguradoras e devem ser consideradas no cálculo de margem regulatória.
- Passagens Aéreas: Despesas com passagens aéreas e rodoviárias em deslocamentos de viagens a serviço, exceto nos casos de treinamento. De acordo com o Contrato de Concessão, no Subitem 6.1.2 do Anexo I, despesas decorrentes de viagens a serviço da Companhia e devem ser consideradas no cálculo de margem regulatória.
- Comunicação e Marketing: Despesas com serviços e produtos de comunicação e marketing, voltados para a divulgação institucional e de produto, bem como as despesas com prestação de serviços de publicidade, propaganda, criação, arte, mídia, marketing institucional e de produtos. De acordo com o Contrato de Concessão, no Subitem 6.1.2 do Anexo I, gastos com comunicação devem ser considerados no cálculo de margem regulatória.

O Contrato de Concessão, no Subitem 6.1.2 do Anexo I, prevê outras despesas gerais, a exemplo de Combustível de Veículos e Eventos Institucionais, devem ser consideradas no cálculo de margem regulatória, portanto não devendo ser excluídas.

- Combustível de Veículos: Despesas com combustíveis utilizados nos veículos que compõe a frota de carros da Companhia.
- Eventos Institucionais: Despesas com eventos realizados pela Companhia.

ARPE:

- c) Serviço Contratado – O item Estagiário / Menor Aprendiz foi ajustado e realocado do Custo de Pessoal para Serviço Contratado.

A COPERGAS: Não concorda com os ajustes e não entende como foram efetuados, assim como por qual razão foram realocados:

Estagiário / Menor Aprendiz: despesas baseadas em quantitativo definido na Portaria SAD 1.722 de 30 de agosto de 2011 e são valores estabelecidos e aprovados em Reunião da Diretoria Executiva.

margem regulatória. Essas despesas também refletem o que está disposto na lei 13.853/19, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

- Sistemas de Informática: despesas decorrentes de licença de utilização de sistemas de informática. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, despesas relacionadas a serviço de computação devem ser consideradas no cálculo de margem regulatória.
- Assessoria Jurídica: despesas com serviços de consultoria prestados por pessoa física ou jurídica. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, despesas relacionadas à Assessoria Jurídica devem ser consideradas no cálculo de margem regulatória.
- Inventário Físico / Contábil: despesas para consultorias contábeis, inventários e ativo da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, serviços de assessoria contábil devem ser considerados no cálculo de margem regulatória.
- Manutenções Civil e Mecânica: custos com serviços de terceiros na conservação de pista e manutenção (civil e mecânica) da rede de gás natural, alinhados com a política de terceirização da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, serviços de manutenção da rede devem ser considerados no cálculo de margem regulatória (Resolução ARPE 004/2006).
- Aluguel de Veículos: aluguel correspondente ao número de veículos que compõe o pool para uso em serviço da COPERGÁS, além de demanda de movimentação de material com contratação de frete. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, serviços diversos devem ser considerados no cálculo de margem regulatória.
- Conversão de Usuários: despesas associadas ao serviço de adequação de ambientes e conversão de equipamentos para utilização de gás natural conforme normas internas, política de atuação nos segmentos residencial/comercial e diretrizes comerciais para o segmento veicular. De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.3, serviços diversos, no qual essa despesa se enquadra, devem ser considerados no cálculo de margem regulatória.

A ARPE:

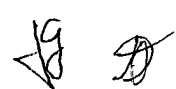
- d) Material – Foi excluído o valor para Material de Divulgação e ajustados os itens referentes a Materiais para Conversão de Usuários e Materiais de Operação e Manutenção / Sobressalente.

COPERGÁS: não concorda com a exclusão dos itens:

- Material de Divulgação: despesas com material de publicidade e propaganda para o marketing institucional ou de produtos.

COPERGÁS não concorda com os ajustes e não entende como foram efetuados:

- Materiais para Conversão de Usuários: despesas associadas a materiais para adequação de ambientes e conversão de equipamentos para utilização de gás natural.



- Materiais de Operação e Manutenção / Sobressalente: despesas com materiais sobressalentes para os ativos da rede de distribuição, objetivando manter os ativos em plena capacidade de utilização.

De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.4, Materiais de Divulgação, Materiais para Conversão de Usuários e Materiais de Operação e Manutenção / Sobressalente, enquadraram-se no item Material, e, logo, devem ser considerados no cálculo de margem regulatória.

AARPE:

- e) Despesas Tributárias – Foi ajustada a despesa com Licenças e Taxas da RDGN e com Sindicato e Associações de Classe.

COPERGAS não concorda com os ajustes e não entende como foram efetuados:

- Licenças e Taxas da RDGN: taxas e licenças de operação e uso de faixa de domínio e direito de passagem para RDGN, como DNIT e DER.
- Sindicato e Associações de Classe: despesas com anuidades e órgãos de classe (ABEGAS, sindicato patronal, conselhos regionais de classes e outros sindicatos e associações).

De acordo com o Contrato de Concessão, anexo I, item 6.1.5, Despesas Tributárias registram o valor dos impostos, taxas e contribuições de responsabilidade da Companhia, de modo que as despesas citadas acima se enquadram nessa classificação e devem ser considerados no cálculo de margem regulatória.

DEPRECIACÃO

AARPE no item 5.3, que trata da **Depreciação**, alegando prudência e modicidade tarifária além de aplicar uma redução de 30% nos investimento, ajustou a parcela de depreciação, afetando diretamente na remuneração do investimento da Companhia.

A COPERGAS: Ratificamos e reiteramos que todo estudo e análise realizado pela Companhia foi estruturado na avaliação prospectiva dos custos dos serviços, na remuneração e depreciação dos investimentos vinculados aos serviços objeto da concessão, realizados ou a realizar ao longo do ano de referência para cálculo, segundo o organismo anual". As diferenças entre os aumentos de custo estimados e os aumentos reais, serão compensados para mais ou para menos, como Ajustes na próxima revisão tarifária, conforme também estabelecido em Contrato de Concessão, anexo I, item 8.4.

2

A